

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

INOVAÇÕES À BEIRA DO RIO: ENGAJAMENTO COLETIVO E SABERES LOCAIS

Nubia Fernanda Santos da Silva Campos¹
Mauro Margalho Coutinho²

Resumo: O estudo, vinculado à tese de doutorado da autora, analisa as dinâmicas de construção da inovação social em comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, na Amazônia. Fundamentado em abordagem qualitativa e no estudo de caso interpretativo de Robert Stake, utiliza triangulação de fontes – entrevistas, observações e registros de campo – realizadas em cinco expedições entre 2023 e 2024. A pesquisa tem início com a aproximação ética e dialógica junto ao Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), consolidando vínculos de confiança e legitimidade comunitária. As etapas seguintes revelam processos colaborativos de mediação entre saberes, nos quais a Escola 15 de Agosto se configura como espaço de inovação pedagógica ao integrar práticas tradicionais, como o uso do matapi e de plantas medicinais, aos conteúdos escolares. A oficina de storytelling demonstra o potencial da narrativa como dispositivo inovador que promove reciprocidade e pertencimento entre professores, estudantes e pesquisadores. Entre as experiências destacadas, o projeto SALTA-Z emerge como inovação social participativa, articulada por decisões coletivas voltadas à sustentabilidade ambiental e cultural. Os resultados evidenciam que a inovação social, nesse contexto, não é produto isolado, mas processo contínuo de engajamento e coprodução de soluções locais, fortalecendo capacidades comunitárias e redes interinstitucionais. Conclui-se que a interação entre saberes e a construção coletiva de práticas sustentáveis constituem pilares da inovação social amazônica.

Palavras-chave: Engajamento coletivo. Inovação social. Oralidade. Pedagogia situada. Saberes locais.

¹N.F.S.S. Campos (). Universidade da Amazônia. Belém, PA, Brasil. nuenfer11@gmail.com

²M.M. Coutinho (). Universidade da Amazônia. Belém, PA, Brasil. mauro.margalho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Como as inovações sociais são concebidas, desenvolvidas e implementadas em territórios ribeirinhos amazônicos? Essa é a questão central que orienta o presente estudo, vinculado à tese de doutorado da autora, e que encontra no Projeto SANDRO – tecnologia social financiada pelo CNPq e instalada na Escola Municipal 15 de Agosto, em Abaetetuba (PA) – um campo fecundo para a compreensão da inovação social como prática coletiva e situada. O projeto, que opera com energia solar e difunde conteúdos digitais por meio de uma intranet local, representa mais do que uma solução tecnológica: ele simboliza um processo social de criação compartilhada, capaz de superar barreiras de conectividade e de produzir novos modos de ensinar, aprender e conviver na Amazônia.

A análise aqui proposta vai além da dimensão técnica do protótipo e se volta para os modos como moradores, lideranças e instituições locais articulam saberes tradicionais e contemporâneos para enfrentar desafios cotidianos — como o acesso à educação, à água e à informação — sem romper com os laços culturais e identitários que estruturam a vida nas ilhas. Tal perspectiva se ancora na compreensão de que a inovação social não é um produto, mas um processo coletivo e dinâmico, enraizado nas práticas sociais e nas interações humanas que buscam gerar valor social e transformar realidades (CLOUTIER, 2003). Para o autor, a inovação social emerge quando atores locais mobilizam recursos materiais e simbólicos para atender necessidades não satisfeitas, promovendo inclusão e reconfiguração das relações sociais.

Nesse contexto, a Amazônia se apresenta como um território de intensa fertilidade social, no qual as inovações nascem da colaboração entre comunidades, escolas e movimentos locais. Essa dinâmica reflete o que Moulaert et al. (2013) descrevem como uma combinação entre aprendizagem social, ação coletiva e pesquisa transdisciplinar, elementos essenciais para compreender como o conhecimento é coproduzido e transformado em práticas emancipadoras. Assim, a inovação social nas comunidades ribeirinhas de Abaetetuba é compreendida como um fenômeno que atravessa dimensões culturais, ecológicas e pedagógicas, articulando racionalidades diversas na construção de alternativas de vida sustentável.

A base epistemológica do estudo dialoga ainda com os princípios de Paulo Freire (1987), especialmente a pedagogia da libertação e o reconhecimento do saber popular como fundamento de qualquer processo educativo transformador. A pedagogia situada que emerge nas ilhas, sobretudo nas práticas da Escola 15 de Agosto, traduz a pedagogia freireana em experiências concretas: o diálogo entre professores, estudantes e moradores transforma o espaço escolar em um território de escuta, partilha e coaprendizagem. Essa dimensão educativa é também política, pois implica o reconhecimento da comunidade como sujeito ativo e produtor de conhecimento, rompendo com modelos verticalizados de ensino e de desenvolvimento.

Metodologicamente, a pesquisa adota o estudo de caso instrumental (STAKE, 1995), combinando observação direta, entrevistas semiestruturadas e registros de campo, o que permite compreender a complexidade das práticas sociais em seu contexto natural. A triangulação de dados possibilita captar as múltiplas vozes e significados que compõem a tessitura da inovação social nas ilhas, dando visibilidade à potência criadora dos atores locais. O diálogo entre teoria e prática é contínuo: os referenciais sobre inovação social, engajamento coletivo, memória e ecologia de saberes funcionam como lentes interpretativas que iluminam os modos de produção de sentido e de transformação social observados no território.

Assim, este artigo estrutura-se para apresentar, inicialmente, o objeto de pesquisa e sua justificativa empírica; em seguida, o arcabouço teórico que sustenta as discussões, as etapas metodológicas e as categorias analíticas derivadas da triangulação de fontes. Por fim, são analisados os resultados empíricos e suas implicações teóricas, destacando o papel da inovação social como expressão de resistência, criatividade e transformação socioterritorial na



Amazônia. Ao entrelaçar prática de campo, voz comunitária e reflexão científica, o estudo reafirma que a inovação social, nos rios amazônicos, é também um ato de emancipação coletiva, onde o conhecimento emerge das águas, das histórias e das mãos que reinventam cotidianamente o viver na floresta.

ARCABOUÇO TEÓRICO

Inovação social como processo participativo e coletivo em comunidades

A inovação social, entendida como processo dinâmico e participativo, emerge da interação entre atores diversos na busca por soluções contextualizadas para desafios coletivos. Mais do que a simples introdução de tecnologias ou métodos, constitui-se como transformação profunda nas dimensões sociais, culturais e econômicas dos territórios onde ocorre (Bignetti, 2011; Moulaert et al., 2013).

Em contextos de vulnerabilidade socioambiental, como na Amazônia, a inovação social rompe com modelos tradicionais centrados na lógica mercadológica, propondo alternativas fundamentadas na participação cidadã, na inclusão social e no fortalecimento comunitário (Mildenberger; Schimpf; Streicher, 2020). Essas práticas são colaborativas por natureza, articulando indivíduos, comunidades, organizações e instituições na construção de soluções legítimas e sustentáveis (Nicholls; Simon; Gabriel, 2015).

O protagonismo das comunidades é elemento estruturante: garante a pertinência das ações e favorece sua continuidade. A inovação social é, assim, uma cadeia contínua de ações, aprendizagens e ajustes, na qual a participação cidadã não é um recurso pontual, mas o próprio motor da mudança (Murray; Caulier-Grice; Mulgan, 2010). Ao mesmo tempo, ela amplia o reconhecimento de direitos e fomenta a construção de sociedades mais justas e equilibradas (Dalla Torre et al., 2020).

Experiências internacionais e locais demonstram que a efetividade da inovação social vai além de recursos financeiros, ancorando-se na mobilização social, em redes de confiança e no uso criativo dos meios disponíveis (Baglioni; De Pieri; Tallarico, 2017). Sob uma lente decolonial, a inovação social amazônica articula saberes tradicionais e conhecimento científico para gerar soluções contra-hegemônicas alinhadas às especificidades culturais e territoriais (Dagnino, 2004; Orellana-Navarrete; Tenório; Abad, 2022). Aqui, é entendida como prática relacional, situada e processual, sustentada pelo engajamento e pela valorização dos saberes locais, configurando-se como instrumento de transformação social e desenvolvimento sustentável.

Participação Social e Protagonismo dos Atores Locais

A participação social constitui-se como elemento central para a construção de sociedades democráticas, pluralistas e inclusivas. Historicamente reivindicada por movimentos sociais, ela traduz a busca por maior autonomia e protagonismo nos processos decisórios que afetam territórios e modos de vida (Freire, 1987). Não se trata de mero procedimento administrativo, mas de estratégia emancipatória, capaz de transformar sujeitos passivos em agentes críticos de mudança.

Nas democracias contemporâneas, a participação tem sido incorporada a modelos de gestão pública que visam ampliar o envolvimento social na formulação, implementação e monitoramento de políticas (Teixeira, 2001). Essa institucionalização, quando efetiva, fortalece a legitimidade das decisões, garante diversidade de vozes e promove maior transparência e responsabilidade na ação governamental.

Contudo, desafios persistem, e a desigualdade de poder e a assimetria de influência limitam a efetividade das práticas participativas (Fuks; Perissinotto, 2006). Frequentemente, a



participação se restringe a momentos formais ou consultivos, sem impacto real nas decisões (Ziccardi, 2004). Para que seja substantiva, deve abranger todo o ciclo da política pública, desde a identificação de problemas até a avaliação das soluções (Mansbridge et al., 2010).

Em contextos de crise de legitimidade institucional, como observado tanto na Europa quanto na América Latina (O'Donnell, 2021), a participação social se apresenta como oportunidade de reconstruir a confiança nas instituições e ampliar a representatividade dos grupos historicamente marginalizados. Quando exercida de forma genuína, fortalece redes de confiança, legitima decisões e amplia o protagonismo coletivo (Bourdieu; Segurado, 2024).

A participação social é entendida como prática contínua de redistribuição de poder, construção de cidadania e reconhecimento de direitos. Sua consolidação requer reflexão e aprimoramento constantes, para transformar estruturas excludentes e fortalecer democracias mais justas e resilientes.

Ecologias de saberes e conhecimentos tradicionais

As ecologias de saberes reúnem e articulam diferentes sistemas de conhecimento — científicos, tradicionais, locais e ancestrais — que coexistem e dialogam na produção de respostas aos desafios sociais, culturais e ambientais. Em um cenário marcado pela pressão homogeneizadora dos sistemas-mundo e pela lógica da sociedade do conhecimento, torna-se urgente reconhecer, proteger e fortalecer esses sistemas, garantindo sua continuidade e relevância.

Esse fortalecimento envolve, conforme destacam Martinelli e Nunes (2019), três dimensões essenciais: (1) os pleitos e direitos dos detentores de conhecimentos tradicionais, expressos em instrumentos nacionais e internacionais; (2) o lugar que esses saberes ocupam — ou podem ocupar — nas agendas e estruturas de ciência e tecnologia; e (3) a pesquisa intercultural como via estratégica para sua valorização e transmissão.

Nesse contexto, Ferreira e colaboradores (2025) sustentam que a identidade e a cultura das comunidades tradicionais constituem pilares estruturantes para a resistência e a afirmação desses povos frente aos desafios históricos e contemporâneos que enfrentam. Tais dimensões não apenas preservam e transmitem saberes ancestrais, mas também configuram espaços que transcendem a materialidade física, assumindo significados simbólicos nos quais práticas culturais, conhecimentos tradicionais e modos de vida são continuamente reproduzidos, reinterpretados e adaptados às dinâmicas e transformações do presente (Ferreira et al., 2025).

Nessa perspectiva, a “extensão ao contrário” proposta por Freire (1983) ressignifica a relação entre universidade e comunidades, permitindo que a academia aprenda tanto quanto ensina e estabeleça vínculos horizontais e duradouros. A construção coletiva, nesse contexto, exige questionar e remodelar instrumentos hegemônicos de ensino, pesquisa e extensão, historicamente limitados na escuta profunda de histórias, lutas e modos de vida (Martin; Madroñal, 2016). No cotidiano do grupo de pesquisa, isso se concretiza pela valorização de repertórios de vivências, pelo exercício da autonomia e pela liderança compartilhada em todas as etapas — do planejamento à avaliação.

Orientadas pelo rigor epistemológico freiriano e sustentadas por vivências afetivas, as ações do projeto são tecidas com persistência, curiosidade, desconforto, humildade e insubmissão, elementos que Freire (1987) reconhece como fundamentos da “prática de liberdade”.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de matriz interpretativa, que visa compreender os fenômenos sociais em sua totalidade, privilegiando a compreensão situada e



contextualizada (Stake, 2011). A abordagem metodológica adotada está ancorada na perspectiva de Robert Stake (1995; 2005), que compreende o estudo de caso como uma forma de investigação qualitativa, contextualizada, naturalista e interpretativa, cuja finalidade principal não é a generalização estatística, mas a compreensão profunda da experiência humana em contextos específicos.

A partir da convivência no campo, da escuta sensível e da análise de narrativas, buscamos entender como a inovação social emerge das dinâmicas locais, a partir dos saberes, recursos e relações que constituem o cotidiano dessas populações. Foi realizado na região insular do município de Abaetetuba, estado do Pará, inserido na Amazônia Legal Brasileira. Este território é composto por um arquipélago que abriga 22 ilhas (FIGURA 1).

Figura 1 - Mapa de Abaetetuba com destaque para região das ilhas.



Fonte: Elaborado por Nubia Campos e Luiz Gusmão (2024).

De acordo com a Nova cartografia social da Amazônia (2009) as comunidades ribeirinhas e tradicionais de Abaetetuba (PA), na Amazônia Legal, têm sua identidade moldada por processos históricos de resistência e por uma intensa influência multicultural, originando o “caboclo amazônico”. Formadas por indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais, vivem em estreita relação com o rio, que é via de transporte, fonte de subsistência, símbolo cultural e eixo de organização social. Marginalizadas por políticas públicas insuficientes, exploração econômica e deslocamentos territoriais, fortaleceram-se desde a década de 1980 por meio de mobilização e ações coletivas. Suas dinâmicas baseadas na agricultura de subsistência, pesca artesanal e extrativismo vegetal revelam grande riqueza cultural, mas também vulnerabilidades estruturais, agravadas pela carência de infraestrutura, serviços básicos e políticas integradas (Lira; Chaves, 2016).



O objeto de estudo apresenta — a inovação social como fenômeno participativo e coletivo — é aqui observado em sua manifestação concreta e cotidiana, nas práticas de resistência, organização e solidariedade desenvolvidas pelas comunidades ribeirinhas das ilhas. O foco analítico recai sobre as práticas de inovação social e o engajamento coletivo dessas comunidades em processos autônomos de transformação socio territorial.

A coleta de dados foi conduzida mediante uma imersão prolongada, totalizando cinco visitas de campo entre 2023 e 2024, na região das ilhas de Abaetetuba. Que permitiu o contato contínuo e o entendimento contextual, necessário para apreender as conexões simbólicas, culturais e políticas que sustentam as ações de engajamento coletivo. A triangulação de dados aconteceu via: a) notas de campo e diários de pesquisa, b) relatos orais dos moradores em encontros coletivos, c) observação direta, d) narrativas pedagógicas e educativas observadas na Escola Municipal 15 de Agosto, d) entrevista com grupo focal.

A análise foi orientada pela compreensão dos atores sociais, suas estratégias de mobilização, saberes tradicionais e valores simbólicos presentes na vida comunitária, priorizando a escuta ativa e o entendimento dos sentidos atribuídos pelos próprios participantes. A pesquisa levou em conta o contexto histórico de ocupação, marcado por profundas transformações e resistência, bem como o papel central do rio e do ambiente natural na organização da vida cotidiana, do modo de produção e das práticas socioculturais dessas comunidades.

O estudo faz parte de um projeto maior, aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa (CEP) da Universidade da Amazônia, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 76266323.2.0000.5173, emitido em 26 de dezembro de 2023, em conformidade com as normativas da CONEP, reforçando o compromisso ético e a validade social do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiros contatos: aproximação ética e dialógica com as comunidades

No dia 10 de junho de 2023 aconteceu a primeira visita de campo, em um encontro entre as lideranças do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), na sede da organização, na área urbana de Abaetetuba, onde foi apresentado aos líderes comunitários o projeto SANDRO. Foi um momento de exposição dos objetivos, esclarecimento de dúvidas e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), conforme protocolos éticos. Esta reunião foi fundamental para o estabelecimento de vínculos de confiança, condição indispensável para pesquisas de natureza qualitativa e colaborativa.

O processo relacional é indispensável à abordagem qualitativa, conforme Stake (1995), o estudo de caso requer o reconhecimento da realidade como construída intersubjetivamente, sendo necessário construir vínculos de confiança e respeito com os sujeitos do estudo.

“A confiança aqui não é dada de imediato; é cultivada. O olhar atento e desconfiado, o silêncio respeitoso e a escuta demorada são gestos que dizem mais que as palavras.” (Autora, 2023).

O encontro teve também uma dimensão emocional pelo falecimento de seu “Ró” naquela semana, que até então era líder do MORIVA. O professor Rogério, que assumiu a liderança, após o ocorrido demonstrou segurança em seus relatos e comprometia-se diante das demais lideranças a dar continuidade ao trabalho que já vinha sendo desenvolvido.

Outra observação entre as lideranças chamou atenção: o fato de alguns membros do grupo possuírem formação superior, dois com mestrado e um em término de doutorado; eles demonstraram profundo conhecimento dos desafios locais, acerca das comunidades e pareciam



ter grande comprometimento com os trabalhos do movimento. Suas falas mantinham um elo orgânico com o território, articulando conhecimento técnico e vivência local. Este capital humano indicava um potencial latente para processos colaborativos de inovação.

De acordo com Stake (1995) esse momento delineou o campo de estudo e as “premissas” que estruturaram investigação: legitimidade social, confiança institucional e alinhamento entre saberes especializados e saberes locais. Também permitiu identificar o Professor Rogério como pessoa respeitada pelo grupo, parecendo ser fonte legítima de conhecimento e articulação social. Ele desempenhou papel central nos momentos subsequentes à pesquisa, atuando como ponte epistemológica e cultural entre a proposta do estudo e a comunidade. A escuta sensível às lideranças do MORIVA permitiu esboçar um primeiro mapeamento do perfil das lideranças locais, o que se mostrou essencial para a construção dos caminhos metodológicos subsequentes.

A vivência da realidade ribeirinha: segunda visita de campo

A segunda visita de campo aconteceu em um final de semana subsequente, foi mais imersiva. A atividade foi desenvolvida ao longo de dois dias (24 e 25 de junho de 2023), com pernoite no território, configurando uma prática de convivência fundamental para a compreensão situada do fenômeno investigado. A equipe do projeto, composta por professores e bolsistas de mestrado e doutorado, foi recebida com hospitalidade na casa de seu Pedro e sua esposa, moradores antigos da região, que abriram sua casa para um encontro coletivo com dezenas de ribeirinhos.

A residência do casal se transformou, naquele momento, em um espaço de escuta coletiva, com vozes diversas em idade, trajetória e relação com o território. O encontro foi marcado por um clima de acolhimento, espontaneidade e troca mútua. A equipe de pesquisa se apresentou novamente, reforçando o caráter colaborativo e não intrusivo do projeto. Essa vivência permitiu a imersão no cotidiano da comunidade, proporcionando à equipe o acesso direto às narrativas locais. Cada morador pôde relatar sua trajetória, suas memórias e sua participação na construção histórica do território. O relato oral alternava entre episódios narrativos e silêncios refletivos, revelando memória coletiva, ancestralidade e resiliência histórica de diferentes trajetórias comunitárias.

Uma moradora afirmou: “Contar a história é um jeito de manter a comunidade viva.”

Neste momento, aplicando a lente de Stake, percebe-se que o “significado do caso” emergiu diretamente das falas, e não de hipóteses pré-estabelecidas. A inovação social aqui não era apenas um produto ou serviço, mas a preservação de um ecossistema de memórias que sustenta práticas comunitárias. E a “escuta coletiva” revelou-se mais do que técnica metodológica: foi uma ferramenta de ativação da memória social. As narrativas — muitas vezes interrompidas por pausas carregadas de emoção — reconstituíam a história territorial como patrimônio vivo. Que dialoga com os pressupostos de Stake (1995, 2005), que reconhece o relato subjetivo como fonte legítima de conhecimento e parte integrante da complexidade dos estudos de caso.

A oralidade, como prática de transmissão cultural e forma de resistência, foi destacada como ferramenta vital para a preservação dos saberes tradicionais. Como enfatiza Stake (1995), é no cotidiano, na escuta, no gesto e na palavra que o pesquisador qualitativo encontra as pistas para compreender o fenômeno em sua totalidade.

Ao final da reunião, em clima de partilha e afetividade, foi servido um lanche regional típico, composto por alimentos preparados pelas próprias famílias da comunidade. O mingau de açaí, servido ainda morno em copos bem generosos, que simbolizou a hospitalidade local e reafirmou os vínculos estabelecidos entre a equipe do projeto e os moradores.

Durante o lanche houve um momento de interação livre com os moradores, e o discurso que mais chamou atenção foi o de uma agente de saúde, que relatou as dificuldades de acesso



aos serviços de saúde, pelo fato do posto de saúde mais próximo ficar localizado na área urbana de Abaetetuba, e ainda nem sempre tem a equipe de saúde para atendê-los. Esta agente de saúde revelou que costuma fazer visitas aos moradores (em geral os que apresentam alguma morbidade) com recursos próprios, e verifica nessas visitas as necessidades de atendimento especializado ou faz orientações básicas de saúde. Nesse momento, é identificado um desafio enfrentado pelo ribeirinhos, que é a dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde.

Sob a ótica metodológica de Robert Stake, este tipo de experiência revela o valor das interações espontâneas, da observação direta e da vivência cotidiana como dispositivos legítimos de produção do conhecimento. A imersão no campo, mais do que um procedimento técnico, constitui-se como uma prática de presença, escuta e respeito, permitindo ao pesquisador captar a singularidade do caso e suas múltiplas dimensões (Stake, 1995).

O registro minucioso desses momentos, feito em caderno de campo e posteriormente transcrito em diário de pesquisa, subsidiou a elaboração das categorias preliminares de análise e orientou as etapas seguintes da investigação. A inserção gradual no território, respeitando os ritmos e códigos da comunidade, consolidou uma relação ética e dialógica, fundamental para o desenvolvimento de um estudo de caso sensível, comprometido e teoricamente fundamentado.

Em síntese, os primeiros contatos com os moradores das ilhas de Abaetetuba revelaram-se não apenas etapas iniciais de um processo investigativo, mas momentos estruturantes de uma metodologia que compreende o campo como espaço de construção conjunta do conhecimento.

Escola 15 de Agosto: educação, território e inovação

Em 10 de novembro de 2023, no contexto da realização do *Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade – CODS*, aproveitando a presença de pesquisadoras externas e integrantes do projeto, foi realizada nova visita à região, contando com a participação das professoras Suzana Giglioli (UFT) e Sara Trindade (Universidade do Porto). O grupo se dirigiu à Escola Municipal 15 de Agosto, local escolhido para a instalação do protótipo do Projeto SANDRO. A opção pela escola reside no fato de ser um espaço público de livre acesso, desempenha papel estratégico como ponto de convergência social e educacional.

Durante a visita, observou-se que o projeto pedagógico é vinculado à realidade local, utilizando a natureza como recurso educativo. As professoras relataram que conciliam os conteúdos formais da educação básica com os saberes tradicionais, valorizando os recursos naturais e os costumes das famílias. E isto pode ser constatado pela fala de uma das educadoras, ao citarem o exemplo concreto:

“Usamos o matapi nas aulas de matemática, para ensinar as formas geométricas”(professora 1).

O matapi é uma armadilha feita de talas de palmeiras e cipós para amarração, usada para pescar camarão, que tem em seu desenho os formatos de retângulo, círculo, triângulo, cubo e quadrado.

Outro exemplo foi o uso de frutos, árvores e raízes como recursos para aulas de ciências.

“Foi possível observar que a inovação social se materializa nas práticas pedagógicas: professoras articulam conteúdos formais com saberes tradicionais” (Autora, 2023).

Essas práticas, na perspectiva de Stake, revelam uma relação orgânica entre conteúdo escolar e contexto de vida (Freire, 1987), onde a escola se torna um nó de articulação comunitária, não apenas um espaço de instrução formal. Foi possível notar, também, por meio das falas dos educadores, que a comunidade adota práticas de acompanhamento escolar que vão



além da sala de aula. Quando um aluno falta, os professores buscam saber a causa, conversando com vizinhos e familiares, e em alguns casos, realizam visitas domiciliares. Esse cuidado coletivo com a educação ilustra o engajamento comunitário como valor estruturante da vida social local.

Em visita às instalações físicas, chamou atenção a simplicidade das instalações da escola:

“A escola não é grande, com poucas salas, uma copa, que apesar de pequena é bem aconchegante e com cheiro de comida gostosa ... Na área central da escola tem um pátio, que poderia ser utilizado como espaço de recreação nos intervalos” (Autora, 2023).

Outro detalhe:

“Os funcionários se deslocam até a escola através de canoas pequenas motorizadas, que eles nomeiam de rabetas, percorrendo o rio que é a própria rua, estrada e elo entre as residências e as demais moradias e órgãos públicos” (Autora, 2023).

Esse dado reforça a centralidade da hidrografia como estrutura de organização territorial. Ao final da visita, a equipe foi agraciada com um almoço típico, à base de frango caipira e açaí — elementos que, mais do que alimentos, simbolizam identidade, memória e pertencimento.

Narrativas compartilhadas: oficina de storytelling e conhecimento local

No dia 8 de janeiro de 2024, já com maior familiaridade com o contexto e os sujeitos, foi realizada uma oficina de storytelling, com o objetivo de trabalhar a técnica de construção de narrativas a partir do cotidiano. Participaram da oficina os professores e funcionários da escola Municipal 15 de Agosto, que desenvolveram histórias utilizando elementos da paisagem, das tradições e dos desafios locais.

A atividade revelou o potencial criativo e pedagógico dos docentes em mobilizar seus saberes para a valorização da cultura comunitária. Ao propor o resgate e a sistematização das memórias orais, a oficina contribuiu para uma das hipóteses centrais desta tese: a inovação social, para ser eficaz e sustentável, precisa se ancorar nos saberes, símbolos e práticas dos territórios onde emerge. O exercício de criar narrativas não apenas fortaleceu a valorização cultural, mas também inverteu papéis:

“Ao ensinar a técnica de contar histórias, percebi que eram eles que me ensinavam sobre o território” (Autora, 2023).

Este momento evidenciou o que Stake chama de “conhecimento experiencial” — a aprendizagem que só ocorre pela imersão e reciprocidade.

Entrevistas em grupo focal: escutas que revelam saberes e inovação

A quinta visita de campo correu no dia 29 de maio de 2024, ocasião em que foi realizada uma entrevista com grupo focal, tendo como participantes cinco moradoras da comunidade, entre jovens e idosas. Reunimos com o grupo no pátio da Escola 15 de Agosto, após a saída dos alunos (FIGURA 2). A estratégia de grupo focal permitiu observar os cruzamentos entre gerações, experiências e perspectivas sobre o desenvolvimento local e as soluções coletivas adotadas pela comunidade. O objetivo central dessa visita de campo foi de compreender como as inovações sociais, os saberes tradicionais, e os processos de resgate de conhecimentos



ancestrais ocorrem em um contexto de contínuo intercâmbio cultural, social e ambiental na área estudada, e revelou de forma explícita a concepção local de inovação social.

Figura 2 – Reunião com grupo focal



Fonte: Autora (2024)

A elaboração do roteiro de entrevista foi pensada com o propósito de explorar aspectos relacionados ao conhecimento local, às experiências de inovação social e às tradições culturalmente enraizadas, além de possíveis registros formais ou informais desses saberes. A dinâmica iniciou com uma explicação por parte da pesquisadora acerca do conceito de inovação social. Para ilustrar, utilizou uma narrativa simples e acessível, que buscava facilitar a compreensão do conceito pelo grupo:

Eu vou contar um exemplo sobre inovação social... seu João (ficcional), sai para pescar e leva a rede de pescar dele. Só que ele traz pouco peixe. Ele modifica a rede de pescar, e passa a pescar mais peixes. Compartilhou a rede de pesca com a associação dos moradores e os pescadores locais puderam utilizar a rede modificada e fazer suas redes de pesca, isso trouxe melhorias coletivas. Ele não criou nada, só foi aprimorando. Isso é inovação, é inovação social (Autora, 2024).

A metáfora permitiu acessar o entendimento comunitário sobre o tema e despertou reflexões sobre experiências concretas. E após essa narrativa, a condução do diálogo centrou-se na indagação aos moradores sobre o conhecimento existente na comunidade acerca de inovação social. A pergunta-chave foi:

"Vocês conhecem alguma inovação social? Alguma ideia que foi melhorada para benefício de todos, para benefício coletivo?"

As respostas apresentaram uma riqueza de detalhes em suas justificativas, revelando o as percepções locais acerca de inovação social.



Eu acho que é um dos maiores projetos que a gente tem aqui na nossa comunidade, o SALTA Z, que é essa caixa aqui. Ela capta água do rio, para o consumo da comunidade, entendeu? Tem duas torneiras aqui para os moradores pegarem a água e uma dentro da escola, que é usada na merenda das crianças... A água potável aqui ou era de casa de moradores ou do rio, né? E aí, com esse projeto, que é o SALTA Z, que trata a água do rio, ela já é boa para o consumo (Moradora 1).

O projeto SALTA-Z, que a moradora entrevistada se refere, é o projeto desenvolvido pelos técnicos da FUNASA, que significa Solução Alternativa Coletiva Simplificada de Tratamento de Água, é uma tecnologia desenvolvida para o tratamento de água em pequenas comunidades que não possuem acesso à água potável.

A análise empírica revelou que as inovações sociais nas comunidades das ilhas de Abaetetuba são concebidas a partir de um processo relacional, ancorado na escuta ativa das demandas locais e na interlocução entre saberes tradicionais e conhecimentos técnico-institucionais. Embora a tecnologia tenha sido introduzida por agentes externos como a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e Prefeitura Municipal de Abaetetuba, sua efetivação como solução legítima só foi possível mediante a escuta dos moradores, o reconhecimento das especificidades territoriais e a incorporação de saberes locais.

A construção coletiva dessa inovação social evidencia um protagonismo comunitário significativo, sustentado pela articulação horizontal entre moradores, lideranças e agentes externos. O projeto SALTA-Z constitui um exemplo emblemático desse processo, que teve sua implantação precedida por um processo de consulta comunitária que culminou na escolha participativa do local de instalação, evidenciando uma lógica de corresponsabilidade na tomada de decisões. Como mencionado por uma das participantes:

“O SALTA Z também é um exemplo, porque eles vieram aqui, perguntaram onde poderia ser instalado [...] foi uma sugestão que foram os próprios moradores que deram para todo mundo ter acesso”.

Outra moradora reforçou:

"Os moradores e os funcionários da escola participam de soluções para problemas da comunidade, dão sugestões pra melhorar, dão ideias de como solucionar problemas."

A seguir, outra participante detalhou a origem do projeto SALTA Z:

"Ele é um projeto que leva água para áreas ribeirinhas. Parece que estão em parceria com a prefeitura, usam tecnologias dos filtros e produtos que colocam na água."

A análise dessas falas aponta para o reconhecimento do projeto SALTA Z como uma inovação social, concebida a partir da participação ativa da comunidade na identificação de uma necessidade prioritária: o acesso a água potável. O relato também revela uma importante dimensão do fenômeno estudado: a dimensão coletiva do conhecimento, que emerge do protagonismo local e das ações colaborativas.

O grupo focal também revelou tensões: saberes tradicionais, especialmente ligados à fitoterapia e à medicina comunitária, estão ameaçados de desaparecimento por falta de



registro formal, constatado pelas falas das moradoras. Nesse caso o projeto SANDRO se mostra uma solução para esse problema:

“Se eu quero saber qual planta é boa para dor de barriga, não tem nada registrado”

“Às vezes tem gente que tá desenganada por médico, aí ela vai lá. Não é só puxar aqui, fazer uma medicação aqui que você já vai ficar boa e é certo, por causa da medicina, né? Então são esses saberes e essa cultura, como eu expliquei no meu trabalho lá, que estão sendo esquecidos, né? Então essa geração que está vindo agora, esse conhecimento não está sendo repassado, até mesmo dentro de casa. Eu tenho filhos e é como a professora falou, eles não sabem” (Moradora 2).

Outros depoimentos reforçam essa preocupação:

“Eu digo que eu tenho uma riqueza na minha casa, que é a sabedoria da minha mãe. Ela é tratada como uma curandeira daqui, né. Ela tem muito conhecimento de muitas coisas. Saberes, que não tá escrito em local nenhum” (Moradora 3).

“Contado de geração em geração, mas nada é escrito. Se eu quero saber qual planta é boa para dor de barriga, não tem nada registrado. Quando minha mãe, minha avó, ainda viviam, eu pedia..., mas hoje, se eu precisar, não tenho registro algum.”

As falas evidenciam a valorização do conhecimento tradicional, mas também reforça a urgência de ações que possam garantir sua preservação, documentação e reconhecimento oficial, sobretudo diante da possibilidade de perda afetada por fatores sociais, econômicos e culturais. Destaca também que na rotina diária a transmissão oral predomina, tornando-se vulnerável às mudanças geracionais e às transformações culturais advindas do contato com novas práticas e tecnologias.

Os participantes destacaram a importância de resgatar e documentar esses saberes:

“... se a gente não registrar, não registrar, não deixar para nossos alunos aquilo que pode servir para os filhos dele, para as outras gerações, a gente não consegue, né? E é só assim a gente ver o que a gente falha muito em relação a isso.”

“Eles não sabem o que é um “matapi”, eles não sabem.”

Outro elemento presente nos relatos é a ligação entre os saberes tradicionais e práticas de cuidado à saúde, muitas vezes complementares à medicina ocidental. Uma das entrevistadas explica:

“O que é a medicina, que é o nosso azeite, nossa andiroba. Então quer dizer que se a gente puder resgatar, deixar registrado tudinho é ótimo.”

Essas narrativas ilustram como o conhecimento tradicional funciona como estratégia de suporte às práticas de saúde, reforçando a importância de reconhecê-lo enquanto componente relevante de uma cultura que se encontra em risco de extinção. Diante dessas observações, fica evidente que os relatos colhidos revelam a complexidade do fenômeno estudado: uma



comunidade que possui um vasto patrimônio de saberes tradicionais, muitas vezes não formalizados, e que busca, ao mesmo tempo, ser agente de mobilização e participação. Essas dinâmicas não só evidenciam a relevância de processos participativos e colaborativos na criação de soluções coletivas, mas também ressaltam a necessidade de estratégias voltadas à preservação e à sistematização do conhecimento tradicional, a fim de valorizar as identidades culturais e fortalecer o protagonismo local.

Interpretações e implicações

À luz de Robert Stake, o caso de Abaetetuba apresenta-se como um caso instrumental — no qual a compreensão de um contexto específico ilumina fenômenos mais amplos de inovação social em territórios tradicionais. A análise indica que a inovação social no contexto ribeirinho: 1) É relacional — baseada em vínculos de confiança e capital social; 2) É situada — emerge de práticas cotidianas e saberes locais; 3) É cocriada — envolve participação ativa da comunidade na definição de soluções; 4) Envolve a preservação de memória — a perda de saberes tradicionais é vista como ameaça à própria identidade; 5) Integra tecnologia e tradição — como no caso do SALTA-Z, que alia tecnologia de filtragem à escolha participativa do local de instalação.

A pesquisadora, ao revisitar cada encontro, através de registros de imagens, transcrição de falas e anotações em diário de campo, reforça que a humanização da pesquisa foi tão relevante quanto a sistematização dos dados:

“Mais do que responder à pergunta de tese e mapear práticas inovadoras, me deparei com práticas cotidianas inovadoras, onde os protagonistas reinventam formas de viver, práticas pedagógicas, onde o rio é rua, é estrada, é caminho percorrido; e a memória de cada morador é um acervo com ricas produções, e a comunidade é laboratório vivo de soluções” (Autora, 2025).

A partir de uma leitura qualitativa dos dados de campo este estudo construiu onze categorias analíticas (quadro 1), resultantes da triangulação entre observação direta, entrevistas e registros do diário de campo.

A construção de onze categorias analíticas está em diálogo com o modelo de estudo de caso instrumental proposto por Robert Stake, que sustenta a análise por meio de triangulação e atenção aos processos de construção de sentido nos contextos naturais (Stake, 1995).

O engajamento coletivo emerge como a força propulsora da concepção, desenvolvimento e implantação de inovações, alinhando-se às premissas de Moulaert e colaboradores (2013) sobre coprodução de saberes, inovação social ancorada no território e governança participativa. A importância da educação situada, da memória social e da narrativa como instrumentos de cocriação reforça a centralidade da voz dos moradores e da agência comunitária, em consonância com a tradição freiriana de pedagogia libertadora e com a ênfase de Cloutier na agência local como motor de transformação (Freire, 1987; Cloutier, 2003).

A necessidade de salvaguarda de saberes e de documentação para a sustentabilidade de práticas inovadoras está conectada aos debates sobre memória comunitária e continuidade cultural, que recebem respaldo teórico de Begnetti (2011) e das leituras de construção de capital social/relacional no marco da sociologia da inovação (Moulaert, 2003).



Quadro 1: Categorias Analíticas, Descrição e Evidências Empíricas do Estudo de Caso

Categoria Analítica	Descrição	Evidência Empírica
Construção de confiança	Vínculo, respeito, escuta	Primeira reunião com lideranças; escuta atenta entre equipe e moradores.
Capital humano e social	Lideranças com formação acadêmica elevada, conhecimento do território.	Três lideranças com graduação, mestrado e um doutorando.
Memória social	Narrativa oral	Falas como “contar a história é um jeito de manter a comunidade viva”.
Lideranças mediadoras	Facilitam o diálogo com comunidade	Identificação de sujeitos-chave que orientam o processo e contam conquistas
Pedagogia situada	Integração de saberes tradicionais ao conteúdo formal escolar	Professores usando o matapi e frutos da região como recursos para ensinar geometria e ciências.
Educação como eixo de inovação social	Escola como centro de convergência social	Professores visitam famílias quando alunos faltam
Narrativa como inovação social	Contação de histórias como ferramenta pedagógica e de valorização cultural.	Oficina de storytelling, professores criaram histórias baseadas nas tradições locais
Cocriação e reciprocidade	Pesquisa que permitiu aprendizagem mútua e fortalecimento de vínculos.	Pesquisadora relata aprendizado
Inovação sustentável	Implementação de soluções de forma participativa.	Projeto SALTA-Z após consulta comunitária
Risco de erosão cultural	Ameaça de perda de saberes tradicionais	Conhecimentos medicinais transmitidos oralmente, desconhecidos por jovens.
Registro de saberes	Necessidade de documentar práticas tradicionais	Moradores afirmam: “Se a gente não registrar [...] a gente não consegue”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui apresentados representam parte de um processo investigativo mais amplo, vinculado à tese de doutorado da autora, que continua em andamento e já conta com novos dados coletados em reuniões e oficinas realizadas em setembro de 2025 nas ilhas de Abaetetuba. Esses dados adicionais, ainda em fase de sistematização, revelam o surgimento de novas expressões de inovação social e ampliam a compreensão sobre as dinâmicas de cooperação, reciprocidade e aprendizagem coletiva que sustentam os modos de vida ribeirinhos. Embora não tenham sido incorporados integralmente neste artigo, eles reforçam a riqueza e a



complexidade do campo empírico, confirmando que as comunidades amazônicas são espaços vivos de criação social, cujas práticas reinventam cotidianamente as relações entre território, saber e existência.

A pesquisa reafirma que a inovação social, nas ilhas de Abaetetuba, não se limita à produção de soluções pontuais, mas constitui um processo relacional, situado e colaborativo, no qual o engajamento coletivo é o eixo estruturante. As comunidades, articuladas por laços de solidariedade, redes de confiança e saberes tradicionais, revelam uma racionalidade própria — contra hegemônica — que resiste à homogeneização cultural e propõe alternativas de desenvolvimento baseadas na autonomia, na cooperação e na sustentabilidade territorial. O protagonismo dos participantes é o elemento mais potente desse processo: são eles os verdadeiros autores e construtores das inovações sociais, transformando experiências de vulnerabilidade em espaços de potência e criação coletiva.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o aprofundamento da discussão sobre inovação social em contextos periféricos, ao articular conceitos como ecologia de saberes (Santos, 2007), participação ativa (Bordenave, 1983; Dagnino, 2002) e racionalidade substantiva (Habermas, 1987), demonstrando como esses referenciais ganham materialidade no contexto amazônico. Metodologicamente, confirma a pertinência do estudo de caso interpretativo de Robert Stake (1995) como via fecunda para a apreensão dos múltiplos significados que emergem da experiência social. Ao valorizar as vozes locais, a pesquisa rompe com visões colonizadoras de conhecimento e propõe uma epistemologia dialógica, inclusiva e territorializada.

Em termos acadêmicos, esta investigação contribui para consolidar uma agenda de pesquisa sobre inovação social na Amazônia, articulando universidade, políticas públicas e comunidades tradicionais em um esforço de coprodução de saberes e práticas transformadoras. Socialmente, seus impactos já se fazem notar: fortalecimento da autoestima comunitária, ampliação das redes de colaboração interinstitucional, valorização dos conhecimentos ancestrais e construção de soluções sustentáveis em áreas como educação, gestão da água, segurança alimentar e saúde comunitária.

Assim, a tese em desenvolvimento se apresenta como um marco para o campo da inovação social amazônica, revelando a potência criativa das comunidades ribeirinhas como agentes centrais na produção de alternativas de vida e de futuro. Em Abaetetuba, a Amazônia se reinventa a partir da coletividade, demonstrando que o verdadeiro motor da transformação social reside na força daqueles que, mesmo diante das adversidades, continuam a sonhar, agir e construir — com as próprias mãos — novas formas de viver e de existir na floresta e com a floresta.

Agradecimentos

Aos moradores das ilhas de Abaetetuba, minha profunda gratidão pela acolhida, pelas histórias e pelos saberes compartilhados, que deram vida e sentido a esta pesquisa. Ao professor Mauro Margalho Coutinho, agradeço pela orientação atenta, pelo rigor intelectual e pelo constante incentivo ao pensamento crítico. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), reconheço o apoio financeiro concedido por meio da bolsa de doutorado, essencial para a realização das expedições de campo e o avanço desta investigação. Este trabalho é resultado da confiança, da escuta e da cooperação entre universidade e comunidades amazônicas.

REFERÊNCIAS



BAGLIONI, S.; DE PIERI, B.; TALLARICO, T. Surplus food recovery and food aid: the pivotal role of non-profit organisations. Insights from Italy and Germany. *Voluntas*, nº. 5, v. 28, p. 2032-2052, 2017. <http://doi.org/10.1007/s11266-016-9746-8>.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais, Unisinos*, São Leopoldo, nº 1, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BOURDIEU, P.; SEGURADO, F. Práticas de inovação social na periferia amazônica. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 39, n. 2, p. 112-130, 2024.

CLOUTIER, J. Qu'est-Ce Que L'innovation Sociale? Crises: Montréal, QC, Canadá, 2003.

DAGININO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade*, Santa Catarina, nº. 5, V. 3, p. 139 – 164, 2004.

DALLA TORRE, C.; RAVAZZOLI, E.; DIJKSHOORN-DEKKER, M.; POLMAN, N.; MELNYKOVYCH, M.; PISANI, E.; GORI, F.; DA RE, R.; VICENTINI, K.; SECCO, L. The role of agency in the emergence and development of social innovations in rural areas. Analysis of two cases of social farming in Italy and the Netherlands. *Sustainability*, nº. 11, v. 12, p. 4440, 2020.

FERREIRA, Joelson Miranda; TEIXEIRA, Danubia da Costa; FREITAS, Francisco Claudio Costa; SÁ, Fabiano Edilson de; NOVAES, Sidney Edson; SILVA, Islandia Maria Rodrigues; MOTA, Joselene Ferreira; OLIVEIRA, Alex Cesáreo de. Territórios de resistência: identidade e cultura em comunidades quilombolas e indígenas. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v.7, nº 1, p.4127-4146, 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8ª edição Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FUKS, S.; PERISSINOTTO, M. Participação social e desigualdades na gestão pública local. *Revista de Administração Pública*, v. 40, nº. 3, p. 450-472, 2006.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MANSBRIDGE, J. et al. The Science of Deliberative Democracy. *Cambridge*: Cambridge University Press, 2010.

MARTÍN, Juan Carlos; MADROÑAL, Angeles Castaño. Antropologia comprometida, antropologia de orientação pública e descolonialidade: desafios etnográficos e descolonização das metodologias. *OPSIS (On-line)*, v. 16, nº 2, p. 262-279, jul./dez 2016.

MARTINELLI, Bruno M.; NUNES, José Walter. Saberes tradicionais, seu lugar na estrutura de ciência e tecnologia e o potencial da pesquisa intercultural. In: *Anais do 7º Seminário de Pesquisa e Extensão da Unesp*, 2019.



MILDENBERGER, M.; SCHIMPF, S.; STREICHER, M. *Desafios e potencialidades da inovação social na resolução de problemas complexos*. *Revista de Políticas Públicas*, nº 34(2), p.156-175, 2020.

MOULAERT, F. et al. *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Edward Elgar Publishing, 2013.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. *The open book of social innovation*. London: NESTA/The Young Foundation, 2010.

NICHOLLS, Alex; SIMON, Julie; GABRIEL, Madaleine. *New Frontiers in Social Innovation Research*. Palgrave Macmillan, 2015.

SANTANA, Lilian Carolina de Araujo; LIMA, Marcos Vinicius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso da. *Nova cartografia social da Amazônia: ribeirinhos e ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural*. Manaus, Amazonas: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2009.

O'DONNELL, Guillermo, *Acerca del estado, la democratización y algunos problemas conceptuales. Una perspectiva latinoamericana con referencias a países poscomunistas. Contrapuntos. Ensayos sobre autoritarismo y democratización*, Buenos Aires, Legislatura Porteña de la Ciudad de Buenos Aires, p. 35, 2014.

ORELLANA-NAVARRETE, Verônica; TENÓRIO, Fernando; ABAD, Andres. *Universidade e inovação: uma mirada desde lo social*. *Revista de Ciencias Sociales (RCS)*, Maracaibo, v. 28, nº.3, jul. – set., 2022. p. 204-217, ISSN: 1315-9518, ISSN-E: 2477-9431.

STAKE, Robert E. *Qualitative research: studying how things work*. New York: Guilford Press, 2011.

STAKE, R.E. *Qualitative Case studies*. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). *The Sage handbook of qualitative research*. London: Sage Publications, 2005.

STAKE, Robert E. *The art of case study research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

TEIXEIRA, L. *Participação social e cidadania: novos desafios*. In: GOMES, R. (org.). *Democracia e participação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 45-68, 2001.

ZICCARDI, Alicia. *Espacios e instrumentos de participación ciudadana para las políticas sociales del ámbito local*. In: (Org.). *Participación ciudadana y políticas sociales del ámbito local*. México (DF): IIS/Comesco/Indesol, 2004

